



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 05 DE 24 de março de 2025**

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho-lhes em anexo o Projeto de Lei que **DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE MONTE CARLO – SMC, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – COMUC, O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Assim, submetemos a apreciação desta douta Câmara Legislativa o referido Projeto de Lei, e aguardamos a aprovação do mesmo.

Monte Carlo, 24 de março de 2025



ALCIONE ROBERTO BUYNO
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 05, de 24 de março de 2025

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE MONTE CARLO- SMC, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – COMUC, O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIONE ROBERTO BUYNO, Prefeito Municipal de Monte Carlo/SC, no uso de suas atribuições legais de seu cargo, com fundamento na Lei Orgânica Municipal e legislação correlata, propõe para apreciação e aprovação desta Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta lei regula no município de Monte Carlo e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o **Sistema Municipal de Cultura – SMC**, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

**TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA**

Art. 2º - A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Monte Carlo, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

**CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA**

Art. 3º - A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Monte Carlo/SC.

Art. 4º - A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável do Município de Monte Carlo/SC.

Art. 5º - É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Monte Carlo e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º - Cabe ao Poder Público do Município de Monte Carlo planejar e implementar políticas públicas para:

- I -garantir os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- II- universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III -apoiar a construção da cidadania cultural;
- IV -apoiar, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V- combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- VI -estimular a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VII -qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VIII -democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- IX - planejar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- X -fortalecer a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

Art. 7º - A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º - A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas em especial de educação, turismo, esporte, lazer e saúde.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Art. 9º - Os projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

**CAPÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS**

Art. 10 - Cabe ao Poder Público Municipal garantir aos munícipes sem exceção o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

- I -o direito à identidade e à diversidade cultural;
- II-livre criação e expressão;
 - a)livre acesso;
 - b) livre difusão;
 - c) livre participação nas decisões de política cultural.
- III- o direito autoral;
- IV- o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional

**CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA**

Art. 11 - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I

DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12 - A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Monte Carlo/SC, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13 - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14 - A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15 - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II

Art. 16 - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17 – Compete ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas populares e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21 - O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselho paritário com os representantes da sociedade bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

SEÇÃO III

DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22 - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23 - O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I-sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um

segmento dinâmico e importante fator de desenvolvimento econômico e social;
e

III -conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24 - As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25 - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26 - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Monte Carlo deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27 - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

**TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS**

Art. 28 - O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29 - O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30 - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I-diversidade das expressões culturais;
- II-universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III-fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV-cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V -integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI-transversalidade das políticas culturais;
- VII -autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- VIII -transparência e compartilhamento das informações;
- IX -democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- X-descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XI -ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

DOS OBJETIVOS

Art. 31 - O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32 - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

- I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- II -assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais do município;
- III -articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
- IV -promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
- V -organizar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
- VI -estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

**CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA**

**SEÇÃO I
DOS COMPONENTES**

Art. 33 - Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

- I -coordenação:
 - a) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.
- II -instâncias de articulação, pactuação e deliberação:
 - a) Conselho Municipal de Cultura – COMUC;
 - b) Conferência Municipal de Cultura – CMC.
- III -instrumentos de gestão:
 - a) Plano Municipal de Cultura – PMC;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, do turismo e da saúde.

**SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC**

Art. 34 - A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35 - São atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura:

- I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- II - implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
- IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
- V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
- VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
- VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
- VIII - promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;
- IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
- XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

- profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
- XII -contribuir para estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
- XIII -elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
- XIV -captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
- XV -operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Cultura – COMUC e dos Fóruns de Cultura do Município;
- XVI -realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
- XVII-exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 36 - À Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:

- I- exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- II -promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;
- III -instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Cultura – COMUC e nas suas instâncias setoriais;
- IV -implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB;
- V -Emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Cultura – COMUC;
- VI -colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
- VII -colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- VIII -subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO III

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO.

Art. 37 - Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – COMUC.

Art. 38 - O Conselho Municipal de Cultura – COMUC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Cultura – COMUC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura – COMUC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 3º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Cultura – COMUC deve contemplar a representação do município, por meio



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 39 - O Conselho Municipal de Cultura – COMUC será constituído por 10 (dez) membros titulares e igual número de suplentes, a serem nomeados por decreto do Poder Executivo Municipal, com a seguinte composição:

- I -PRESIDENTE: Secretário de Educação, Esporte e Cultura.
- II- SECRETÁRIO: Servidor público municipal

**MEMBROS TITULARES E RESPECTIVOS SUPLENTE
REPRESENTANDO O PODER PÚBLICO:**

TITULAR: 01 representante da Secretaria Municipal de Administração; SUPLENTE: 01 representante da Secretaria Municipal de Administração;

TITULAR: 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura; SUPLENTE: 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

TITULAR: 01 representante da Secretaria Municipal de Bem Estar Social; SUPLENTE: 01 representante da Secretaria Municipal de Bem Estar Social

**III - MEMBROS TITULARES E RESPECTIVOS SUPLENTE,
REPRESENTANDO A SOCIEDADE CIVIL:**

TITULAR: 01 representante de grupo de danças, teatro ou CTG.
SUPLENTE: 01 representante de grupo de danças, teatro ou CTG;

TITULAR: 01 representante do comércio local (CDL);
SUPLENTE: 01 representante do comércio local (CDL);

TITULAR: 01 representante de entidades associativas APPs;
SUPLENTE: 01 representante de entidades associativas APPs;

§ 1º. Os membros titulares e suplentes representantes da sociedade civil deverão ser domiciliados em Monte Carlo há, no mínimo, um ano.

§ 2º. Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

ao Poder Executivo do Município.

§ 3º. O Presidente do Conselho Municipal de Cultura - COMUC é detentor do voto de Minerva.

§ 4º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura terá a duração de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, salvo a função de Presidente exercida pelo Secretário de Cultura, Conselheiro nato do órgão colegiado.

Art. 40 - O Conselho Municipal de Cultura poderá criar Câmaras e Comissões, para deliberar sobre assuntos pertinentes a Cultura, cujo funcionamento será definido no Regimento Interno.

Art. 41 - Compete à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura viabilizar ao Conselho Municipal de Cultura espaço físico para reuniões e material de expediente para realização de suas funções.

Art. 42 - O desempenho de qualquer função no Conselho Municipal de Cultura será considerado serviço de relevante interesse público e seus membros não serão remunerados.

Art. 43 - O Conselho Municipal de Cultura deve se articular com os demais componentes do Sistema Municipal de Cultura para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de Cultura implementadas em seu âmbito.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 44 - A Conferência Municipal de Cultura constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, para analisar e propor diretrizes na área da Cultura do município para a formulação de políticas públicas de Cultura.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura analisar, aprovar proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura.

Art 45 - Constituem-se instrumentos de gestão do Conselho Municipal De Cultura – COMUC:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

- I - Plano Municipal de Cultura;
- II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 46 - O Plano Municipal de Cultura – PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 47. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura – COMUC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. O Plano deve conter:

- I -diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II -estratégias, metas e ações;
- III -prazos de execução;
- IV -indicadores de monitoramento e avaliação;
- V -executores.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 48 - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Monte Carlo que devem ser diversificados e articulados entre si.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Monte Carlo.

- I -Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II -Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei; e
- III -outros que venham a ser criados.

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC

Art. 49 - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FNC, vinculado à



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 50 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 51 - São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:

- I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Monte Carlo e seus créditos adicionais;
- II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- III - contribuições de mantenedores;
- IV - doações e legados nos termos da legislação vigente;
- V - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- VI - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- VII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- VIII - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- IX - saldos de exercícios anteriores; e
- X - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 52 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC será administrado pela



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura em colaboração com a Secretaria Municipal da Fazenda e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Cultura, na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

- I -Induzida, via solicitações espontaneamente apresentadas ao Fundo; e
- II - Indutora, via lançamento de editais.

Parágrafo único - A prestação de contas será obrigatória independente da forma de concessão.

Art. 53 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º. Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º. Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º. Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 54 - Os benefícios da presente Lei poderão ser concedidos:

- I - às pessoas físicas domiciliadas no Município de Monte Carlo há no mínimo 03 (três) anos, que apresentarem projeto cultural ao Fundo Municipal de Cultura quando houver edital para esse fim;
- II- às pessoas jurídicas, de direito público ou privado que tenham como objeto atividades relativas à cultura, estabelecidas no Município de Monte Carlo há no mínimo 03 (tres) anos, responsáveis pela apresentação de projeto cultural ao Fundo Municipal de Cultura;

§ 1º. Fica vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Cultura em projetos cujo produto final ou atividades sejam destinados a projetos que beneficiem exclusivamente seu proponente, seus sócios, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

§ 2º. É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Poder Público Municipal.

Art. 55 - Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC

Art. 56 - Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º. O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

**TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO**

**CAPÍTULO I
DOS RECURSOS**

Art. 57 - O Fundo Municipal da Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 58 - O financiamento das políticas públicas de Cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Art. 62 - O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

**TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 63 - As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, e Cultura de Monte Carlo.

Art. 64 – A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 65 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo/SC, 24 de março de 2025


ALCIONE ROBERTO BUYNO
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**

Justificativa

O presente Projeto de Lei que **DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE MONTE CARLO – SMC, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – COMUC, O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**” justifica-se em razão da necessidade de se criar em Monte Carlo uma instância colegiada e deliberativa que defina a política cultural do município.

As atividades culturais como dança, teatro, música, artesanato, contação de histórias, literatura e outros contribuem para um desenvolvimento social mais equilibrado e harmônico além de promover o desenvolvimento de valores na comunidade que certamente contribuem para uma sociedade mais justa, solidária e consciente, onde o respeito mútuo, a empatia e a cooperação são promovidos.

As práticas culturais não apenas fortalecem a identidade local, mas também criam espaços de diálogo e inclusão, promovendo uma convivência mais pacífica e enriquecedora entre os membros da comunidade montecarlense o que diga-se de passagem é extremamente necessário.

As instituições, associações e grupos culturais do município (Associação de Artesãos, Monteca, Renascença Cabocla, Cavaleiros da Paz, CTGs, Associações de Bairros e outras) encontram dificuldades para expressar suas potencialidades artísticas e culturais e promover ações de incentivo à cultura, justamente por não dispor de política cultural e legislação específica que permitam participar junto a gestão pública e poder construir um plano Municipal para a cultura do município.

Com a falta de diretrizes políticas destinadas a orientar e melhor adequar as ações de grupos e instituições culturais, os mesmos sentem-se com dificuldades financeiras para empreender atividades e iniciativas de caráter cultural, com a criação do Sistema Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura isso seria sanado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

O projeto em questão surge da necessidade de criar e gerir Políticas Públicas da área da cultura a nível municipal, permitindo ao município realizar a adesão ao Sistema Nacional e Estadual de Cultura, tornando-se apto a receber verbas destinadas aos fins culturais.

Vislumbra-se também a possibilidade de através do Fundo captar recursos e empreender os mesmos para que associações realizem festas e eventos típicos de caráter cultural no âmbito municipal impulsionando o desenvolvimento que tanto almejamos.